

Reflexões sobre o desenvolvimento centrado na geração de emprego, trabalho e renda

É de conhecimento geral que o crescimento econômico *per se* não é condição suficiente para que se alcance o desenvolvimento econômico e social. É, no entanto, uma condição necessária.

Noutro dizer, para que haja progresso nos indicadores sócio-econômicos é necessário que os países trilhem por uma trajetória de crescimento vigoroso, especialmente no caso das economias mais pobres. Só crescer não basta. É preciso que os frutos do crescimento sejam bem distribuídos entre as cidadãs e os cidadãos de um país, que se traduzam, portanto, em maior equidade e justiça social.

Nesse sentido, importa identificar e empreender medidas que criem condições para a retomada do crescimento econômico em bases sustentáveis e formular e executar políticas que permitam que o progresso econômico se traduza em melhores condições de vida às populações. Ou seja, que a riqueza gerada signifique melhoria do bem-estar social.

O governo do Presidente Lula tem o compromisso de retomar o crescimento sustentável da economia brasileira aliado ao controle inflacionário e de implementar um projeto de desenvolvimento econômico que tem na inclusão social seu eixo central, e na geração de emprego, trabalho e renda um canal de suma importância para que essa inclusão se processe.

A palavra de ordem na condução da política econômica é “arrumar a casa”: entenda-se, combater à inflação e promover as reformas estruturais que reduzam a necessidade de financiamento do setor público, a fim de se gerar as condições para a economia crescer com estabilidade, sustentabilidade e com maior justiça social.

A estabilidade macroeconômica é um elemento central no projeto de desenvolvimento sustentável para o país, tendo como pilares: i) a *consistência fiscal* (uma trajetória sustentável da dívida pública); ii) *inflação baixa e estável*; e iii) *contas externas sólidas* (com o fortalecimento das exportações e a substituição competitiva das importações, de molde a reduzir a vulnerabilidade externa).

O equilíbrio de longo prazo das contas públicas é essencial para impulsionar os investimentos privados. A redução da necessidade de financiamento do setor público amplia a poupança nacional (uma vez que o governo deixa de absorver parte da poupança privada para cobrir desequilíbrios fiscais), tornando possível uma diminuição do prêmio de risco dos títulos da dívida pública e, desse modo, a redução da taxa de juros, com efeitos positivos sobre o nível de investimentos e a geração de empregos.

A estabilidade macroeconômica é um meio e não um fim em si mesma. A retomada do crescimento da economia em bases sustentáveis e sua tradução em maior desenvolvimento econômico e social requer a formulação e implementação de toda uma estratégia de desenvolvimento de longo-prazo, com maior racionalidade e eficácia às ações do governo federal.

Esta estratégia está expressa no Plano Pluri-Anual 2004-2007 – “Um Brasil para Todos”, cujo objetivo consiste na:

“Criação de emprego e desconcentração da renda por via de inclusão social e de vigoroso crescimento, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais, dinamizado pelo mercado de consumo de massa e viabilizado pela expansão competitiva das atividades superadoras da vulnerabilidade externa.”

Trata-se de inaugurar um processo de crescimento pela expansão do mercado de consumo de massa (consumo popular), baseado na incorporação progressiva das famílias trabalhadoras ao mercado consumidor das empresas modernas. A expansão do mercado interno amplia o espaço de acumulação, implicando em ganhos de produtividade.

Os ganhos de produtividade, por sua vez, podem ser transmitidos aos rendimentos das famílias trabalhadoras, por intermédio da redução dos preços dos bens e serviços, da elevação salarial e da elevação da arrecadação fiscal que pode ser destinada a gastos sociais.

Consolida-se, assim, um círculo virtuoso entre os rendimentos das famílias trabalhadoras e os investimentos produtivos: *o aumento dos rendimentos das famílias trabalhadoras amplia a base de consumo popular, possibilitando maiores investimentos produtivos, que, por sua vez, impactam positivamente os níveis de produtividade e competitividade da economia, o que conduz a maiores aumentos da renda das famílias trabalhadoras.* Nesse

modelo, a geração de emprego e a melhor distribuição da renda são elementos essenciais, na medida em que aumenta o espaço de acumulação interno, via expansão do mercado consumidor¹.

Mais que compreender a relação virtuosa entre a renda das famílias trabalhadoras e os investimentos produtivos, o importante é identificar que medidas são necessárias para se inaugurar tal “dinâmica virtuosa”. O círculo virtuoso entre investimento e consumo, originado no aumento do poder aquisitivo das famílias trabalhadoras, depende da elevação dos salários reais e demais rendimentos diretos e indiretos auferidos pelas mesmas. Portanto, políticas ativas de trabalho e políticas sociais de inclusão e redução das desigualdades são indispensáveis à viabilização do modelo de consumo de massa. Tais políticas promovem o consumo popular ao aumentar o poder aquisitivo das famílias e reduzir a pressão de oferta de mão-de-obra sobre o mercado de trabalho. Senão, vejamos:

- ✓ *o micro-crédito e o crédito para micro e pequenas empresas, que dá suporte ao auto-emprego e à geração de postos de trabalho em micro e pequenas empresas, criando emprego, trabalho e renda;*
- ✓ *programas de acesso à moradia e à infra-estrutura e serviços sociais, pois geram empregos e ampliam a renda familiar;*
- ✓ *a reforma agrária e o fomento à agricultura familiar, que retêm mão-de-obra no campo e geram renda;*
- ✓ *políticas sociais de transferência de renda vinculadas à educação, redução do trabalho infantil e de combate à fome;*
- ✓ *elevação do poder de compra do salário mínimo nacional, que amplia os rendimentos das famílias mais pobres e reduz os desequilíbrios*

Uma das questões centrais para estimular tal processo dinâmico está na incorporação de novos trabalhadores na força produtiva, por meio da criação de novas oportunidades de emprego, trabalho e renda, bem como na melhor preparação da força de trabalho, gerando condições necessárias para a elevação

¹ Tal dinâmica de crescimento tem por inspiração o modelo preconizado pela CEPAL, em meados dos anos 80, denominado “Transformação Produtiva com Equidade”. De acordo com este modelo, as economias menos desenvolvidas deveriam buscar investir em “competitividade autêntica”, qual seja, sustentar padrões de eficiência compatíveis aos vigentes no resto do mundo, que elevassem a capacidade de incrementar a participação no mercado internacional com uma alta simultânea nos níveis de vida de suas populações. Ou seja, adotar um estilo de desenvolvimento com melhoria sustentada na distribuição da renda e redução gradativa da pobreza. Nesse modelo, a geração de emprego e a melhor distribuição da renda são elementos essenciais, na medida em que aumenta o espaço de acumulação interno, via expansão do mercado consumidor.

da renda das famílias trabalhadoras. Dessa forma, o mercado de trabalho e o crédito destinado à geração de emprego, trabalho e renda assumem um papel destacado para a viabilização desse modelo de desenvolvimento.

Melhor estruturação e funcionamento do mercado de trabalho e a concessão de crédito para empreendimentos produtivos de pequeno porte são questões que conferem maior centralidade ao Ministério do Trabalho e Emprego, que pode e deve assumir um papel protagonista na promoção do modelo de desenvolvimento baseado na inclusão social e na distribuição de renda. E quais são as ações específicas que este Ministério pode promover para estimular o desenvolvimento centrado na geração de emprego, trabalho e renda?

O Ministério do Trabalho e Emprego promoverá, no âmbito do PPA 2004-2007, um conjunto de ações destinadas a **apoiar**, por intermédio da concessão de crédito, **os empreendimentos produtivos de pequeno porte**, no âmbito do Programa “Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego, Trabalho e Renda”, bem como medidas destinadas a **apoiar e estimular** atividades econômicas orientadas pelos princípios da **auto-gestão, cooperação e solidariedade**, reunidas no Programa “Economia Solidária em Desenvolvimento”.

A geração de emprego, trabalho e renda é elemento fundamental do processo de inclusão social e desenvolvimento econômico do país. Nesse sentido, o programa de “Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego, Trabalho e Renda” buscará estimular o desenvolvimento econômico e social do país por meio da geração de emprego, trabalho e renda, utilizando, para tanto, os seguintes instrumentos:

- a) A democratização do crédito produtivo assistido, inclusive o crédito popular ou micro-crédito;
- b) O apoio a setores intensivos em mão-de-obra e/ou com elevado potencial de geração de emprego;
- c) O desenvolvimento de infra-estrutura que propicie aumento da competitividade do país e/ou melhore as condições de vida dos trabalhadores, em especial os de baixa renda;
- d) O estímulo às exportações do país e a promoção do adensamento das cadeias produtivas, com impacto positivo no equilíbrio das contas externas e na manutenção e geração de empregos de qualidade.

Essas diretrizes vão nortear a estruturação dos programas do governo federal que utilizam recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Outra importante linha de atuação do Ministério voltada à inclusão social por meio da geração de trabalho e renda consiste no programa “Economia Solidária em Desenvolvimento”, a ser implementado pela recém criada Secretaria Nacional de Economia Solidária.

O programa fomentará o fortalecimento e a divulgação da economia solidária, visando a geração de trabalho e renda e a inclusão social, por meio de iniciativas nas quais os trabalhadores sejam associados, realizando o planejamento, a produção, a comercialização e o compartilhamento dos resultados da atividade produtiva, como forma de organização alternativa ao modo de produção convencional, baseado na dicotomia *capital x trabalho*.

A economia solidária contribui para desconcentrar a propriedade e a renda e, dessa forma, para que se promova uma sociedade mais homogênea.

Tão importante quanto as ações destinadas a estimular o empreendedorismo e as formas de trabalho baseadas na autogestão e nos princípios da Economia Solidária, de molde a promover o potencial humano e a inclusão social, são as políticas do Ministério que buscam o melhor funcionamento do mercado de trabalho, ao diálogo social e à garantia dos direitos fundamentais do trabalho. São diretrizes nessa linha:

- ✓ a consolidação de um efetivo **Sistema Público de Emprego**, promotor e integrador das políticas ativas e passivas de mercado de trabalho (qualificação profissional, intermediação de mão-de-obra e orientação profissional, seguro-desemprego e primeiro emprego);
- ✓ a promoção de maior **democratização das relações de trabalho**, através da instalação do Fórum Nacional do Trabalho, com vista à criação de um ambiente favorável à geração de emprego e renda;
- ✓ medidas para assegurar maior **proteção dos trabalhadores** (segurança e saúde no trabalho) e a **garantia dos direitos trabalhistas** (combate ao trabalho infantil, à discriminação no trabalho, erradicação do trabalho escravo, redução da informalidade).

A inclusão social por meio do emprego, do trabalho e da renda, que contribua para o desenvolvimento de uma sociedade mais igualitária e solidária, é o objetivo maior das ações do Ministério do Trabalho e Emprego.

É preciso contemplar as diversas formas de trabalho encontradas na economia informal e nas pequenas empresas, a fim de promover o

desenvolvimento centrado no potencial humano. Fazer dos pequenos empreendedores os “arquitetos do futuro”. Buscar um padrão de desenvolvimento mais solidário, social e ambientalmente sustentável.

A agenda do Ministério do Trabalho e Emprego coaduna-se com as preocupações da Organização Internacional do Trabalho em promover o trabalho decente: *trabalho produtivo e seguro; que respeite os direitos fundamentais do trabalho; com remunerações adequadas; com proteção social; e com diálogo social, liberdade sindical, negociação coletiva e participação.*

Proporcionar a milhões de brasileiros trabalhar com dignidade é promover as condições de vida da população brasileira e de sua participação nos frutos do progresso material e humano. É condição necessária para o desenvolvimento humano e sustentável, em que o crescimento econômico e o progresso social são aspectos interdependentes e indissociáveis de um projeto de construção de uma sociedade próspera, mais solidária e equitativa.